



ARTICLES/ARTIGOS/ARTÍCULOS/ARTICLES

Os processos de diferenciação espacial nos estudos sobre rede urbana: tipos e exemplos brasileiros

Doutora Kelly Bessa

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional. Rua 3, quadra 17, s/n, Jardim dos Ipês, Porto Nacional-TO. CEP. 77.500-000. **E-mail:** kellybessa@uft.edu.br

ARTICLE HISTORY

Received: 02 May 2012
Accepted: 29 June 2012

PALAVRAS-CHAVE:

Centros urbanos
Rede urbana
Diferenciação espacial

RESUMO

Os estudos urbanos vêm de longa data apontando para os processos de diferenciação entre os centros e entre suas respectivas redes urbanas, definidos pela complexidade genética e pela complexidade das estruturas dimensional, funcional e espacial, que resultam em reestruturação e reatualização da rede urbana. Nesse sentido, o texto que se segue objetiva elucidar como ocorrem os processos de diferenciação na rede urbana e em que condições eles podem acontecer, no intuito tornar inteligíveis a lógica e a natureza desses processos.

KEY-WORDS:

Urban centers
Urban network
Spatial differentiation

ABSTRACT – THE PROCESSES OF SPATIAL DIFFERENTIATION IN URBAN NETWORK STUDIES: TYPES AND EXAMPLES BRAZILIAN. The urban studies has come a long ago pointing to the differentiation process between the centre and its respective urban networks, defined by the complexity genetic and by the complexity of dimensional, functional and spatial structures, that results in a restructuring of the urban network. According, the following text aims to elucidate how the processes of differentiation occur in the urban network and under what conditions they may happen, in order to make intelligible the logic and nature of these processes.

RESUMEN:

Los centros urbanos
Urbano de la red
La diferenciación espacial

RESUMEN – LOS PROCESOS DE DIFERENCIACIÓN ESPACIAL EN LOS ESTUDIOS DE REDES URBANAS: TIPOS Y EJEMPLOS DE BRASIL. Los estudios urbanos han sido desde hace mucho tiempo que apunta a los procesos de diferenciación entre sus respectivos centros y entre las redes urbanas, que se define por la complejidad genética y la complejidad de las

estructuras dimensionales y funcionales y el espacio, dando lugar a la reestructuración y actualización de la red urbana. En consecuencia, el siguiente texto pretende dilucidar cómo los procesos de diferenciación se producen en la red urbana y las condiciones en que puede suceder, con el fin de hacer inteligible la lógica y la naturaleza de estos procesos.

1. Introdução

Os estudos urbanos vêm de longa data apontando para os processos de diferenciação entre os centros urbanos, assim como para a variedade de redes urbanas. Nas palavras de Corrêa (2000, p.121), há uma “[...] diversidade dos inúmeros conjuntos articulados de centros urbanos”, isto é, existe uma multiplicidade de redes urbanas, sendo cada uma constituída pela articulação de centros também bastante distintos entre si, já que as redes urbanas “[...] apresentam uma diferenciação entre suas cidades, como assinala Corrêa (1988, p.119). Diante desse universo de diferencialidades, torna-se fundamentalmente necessário um esforço no sentido de torná-la inteligível.

De fato, uma das vias principais de abordagem acerca da temática da rede urbana, na tradição geográfica, diz respeito à diferenciação entre seus centros, que, a despeito de funcionalmente articulados entre si, apresentam-se cada vez mais distintos uns dos outros. Tal diferenciação se expressa ainda que se considere o conjunto de centros de uma mesma rede urbana, quer dizer, aglomerações urbanas oriundas de um mesmo processo de criação, que não foram *a priori* diferenciadas por uma complexidade genética, podem mostrar-se fortemente diferenciadas entre si, pois, na maioria das vezes, respondem por processos distintos de evolução urbana. Muitos permanecem profundamente ligados à sua herança histórica, outros mostram alguma variação, sobretudo em decorrência do papel qualificado que passam a desempenhar na rede, enquanto outros variam por completo, expressando a descontinuidade das mudanças, que podem ser radicais. Os centros urbanos, até mesmo em níveis considerados paralelos ou em categorias tidas como homólogas, apresentam extrema diferenciação. Exemplo notório são os pequenos centros, cuja distinção ocorre pela “[...] criação de novos centros [...] em áreas que passam a integrar o espaço globalizado” e também pelas “[...] alterações funcionais ou refuncionalização dos pequenos centros preexistentes”, que ampliam as possibilidades de interações espaciais, como ensina Corrêa (1999, p.47). Também com relação aos centros regionais que mudaram de conteúdo e de qualidade, à medida que se transformaram em espaços da produção agrícola, industrial e de expansão das atividades terciárias. Inclusive entre as metrópoles existem diferenças significativas. As metrópoles regionais, do mesmo modo, revelam uma grande diversidade, pois, como observa Corrêa (2004), diferenciam-se segundo a gênese, a evolução urbana, o tamanho, o papel urbano que exercem e quanto aos seus arranjos espaciais, sejam nas hinterlândias que comandam, sejam nas interações de longa distância, caracterizando uma crescente dissociação entre proximidade espacial e o desempenho das funções básicas e não-básicas.

Na rede urbana, os processos de diferenciação entre os centros apresentam particularidades, pois não se restringem unicamente a uma diferenciação pura e simples. Dentre essas particularidades, destacam-se os processos de re-diferenciação entre centros que estão no comando e sustentam o fato urbano num dado escalão da rede, que, em suma, expressam a transferência de controle de um centro em declínio para outro emergente, implicando em profunda distinção entre eles. Vejam-se os processos de distinção entre São Paulo e Rio de Janeiro, nos quais se percebe a

decadência da metrópole carioca em favor da ascensão da metrópole paulista, que “[...] se torna a incontestada metrópole nacional, o principal centro de gestão do território”, como salienta Corrêa (2004, p.72-73). À primeira vista, essa circunstância, que resulta em re-hierarquização e conseqüente re-atualização do padrão espacial da rede urbana brasileira, pode parecer atípica, pouco comum, tendo em vista os intensos processos de permanência que tendem a privilegiar os principais centros urbanos. Porém outros exemplos precedentes podem ser citados, visto que mesmo em escala internacional e em temporalidades distintas ocorreram essas diferenciações peculiares, indicando a possibilidade de estudos sincrônicos e diacrônicos. Braudel, citado por Arrighi (1996, p.15), aponta que mudanças sucessivas alteraram os centros de comando mundial, posto que “[...] Amsterdã copiou Veneza, tal como Londres viria posteriormente a copiar Amsterdã e como Nova York, um dia, copiaria Londres”. Tais processos de alteração na hierarquia urbana são também observados em escala regional, pois se trata da ascensão de um novo centro, sob bases novas e mais amplas, em função do declínio de um antigo, expressando mudanças com descontinuidade, que resultam em reorganização e reestruturação da rede urbana.

O texto que se segue objetiva elucidar como ocorrem os processos de diferenciação na rede urbana e em que condições eles podem acontecer, no intuito tornar inteligíveis a lógica e a natureza desses processos, nos quais se destacam os de re-diferenciação.

2. A natureza da diferenciação espacial na rede urbana

Como aponta Corrêa (2000), a diferenciação entre os centros urbanos, e por conseguinte entre suas respectivas redes, é perceptível por meio das múltiplas possibilidades de combinação e recombinação entre elementos próprios à natureza desse tipo de rede, que, inclusive, são determinantes basilares de sua estrutura e funcionamento. Dentre outros, destacam-se, primordialmente, gênese, posição relativa, tamanho e funções dos centros urbanos, assim como alcance, frequência e intensidade das interações espaciais mantidas por esses, juntamente com o próprio padrão espacial da rede¹. A combinação singular desses elementos, num espaço-tempo, determina a estrutura espacial de uma rede urbana específica e constitui dado essencial de distinção, sendo que a eles somam-se também outros aspectos de caráter econômico, político e sociocultural, cujas racionalidades interferem, de maneira decisiva, no ordenamento dos elementos primeiramente mencionados.

Em realidade, o padrão espacial das redes urbanas é expressão e condição daquilo que o organiza, quer dizer, das lógicas e princípios que determinam uma dada ordem espacial dos seus elementos constitutivos, que, simultaneamente, tornam-se instrumentos de análise, possibilitando ultrapassar os limites da mera descrição para, dessa forma, buscar uma reflexão mais ampla sobre a estrutura espacial da rede, bem como sobre aquilo que preside sua natureza.

Como observa Corrêa (2000, p.122), as múltiplas combinações entre os elementos acima indicados, que expressam a diversidade das redes urbanas, “[...] evidenciam diferenças que pressupõem determinações mais profundas e complexas”, ou seja, explicitam diferenças que, em suma, “[...] são expressões e condições [...] de estruturas sócio-espaciais mais profundas, historicamente produzidas”. De fato, a combinação desses elementos tem uma lógica, uma coerência, pois a rede urbana “[...] está submetida a um dinamismo, maior ou menor e com ritmos variados, próprio a cada contexto espaço-temporal”, como sugere Corrêa (2001, p.424). Efetivamente, a rede urbana insere-se como parte constitutiva de um contexto socioespacial, sendo, por conseguinte, compatível com a própria estrutura social, que, por sua vez, é definidora de dadas formas e de determinados processos espaciais.

¹ De acordo com Corrêa (2004, p.71), o padrão ou “[...] a estrutura espacial da rede urbana refere-se ao modo como os centros urbanos e os fluxos estão dispostos sobre um dado segmento da superfície terrestre”.

Nas palavras de Castells (1999, p.435), “[...] as formas e processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social”. Dessa maneira, a estrutura social desempenha, como afirma Corrêa (2000, p.122), papel relevante “[...] na inteligibilidade de uma dada rede urbana por meio do desvendamento das lógicas que geraram e articulam seus já mencionados elementos”.

Portanto, para entender a rede urbana, cumpre apreender a coerência, a lógica da estrutura socioespacial, que desempenha importante papel no sentido de tornar compreensíveis as lógicas geratrizes que, na fase embrionária de uma dada rede urbana, impuseram um padrão específico de combinação de seus elementos peculiares, determinando a ela uma identidade singular. No mesmo sentido, cabe entender as lógicas dinamizadoras que desarticulam a combinação pretérita e rearticulam uma nova configuração espacial para essa rede, definida por essa ou por aquela recombinação dos mesmos elementos constitutivos que se manifestam de modo integrado num dado contexto espaço-temporal, resultando num padrão de rede diferente do anterior, pois sua estrutura e seu funcionamento foram transformados. De modo prático-sensível, é dessa forma que a rede urbana se transforma e, conseqüentemente, se particulariza.

Contudo, não importa considerar apenas a recombinação dos elementos em si, mas os princípios que presidem o novo ordenamento, ou seja, as lógicas que qualificam essa nova combinação. Desse modo, sumaria-se que o desvendamento das lógicas geratrizes e das lógicas dinamizadoras pressupõe determinações complexas associadas à própria estrutura social e à sua dinâmica, pois a realidade está sempre em movimento, uma vez que a mudança é um aspecto essencial à existência e reprodução social. Tais determinações conferem à rede urbana e à seus centros uma configuração espacial associada a cada contexto espaço-temporal, sobreposta aos contextos antecedentes, presumindo composições particulares, cuja temporalidade, como assegura Corrêa (2000, p.122), representa “[...] determinante fundamental que fixa, ao menos temporariamente, os elementos combinados da rede urbana”.

A análise diacrônica, desse modo, expõe os momentos de relativa estabilidade, quando se cristaliza, pelos menos durante certo espaço-tempo, um determinado padrão, assim como revela o caráter mutável da rede urbana, tanto funcional como espacialmente, visto que, no processo evolutivo da formação socioespacial, uma rede simples, quem sabe do tipo dendrítico, pode se transformar numa rede mais complexa, talvez próxima de um padrão do tipo *christalleriano*, ou, até mesmo, numa rede bastante complexa, a exemplo das redes de múltiplos circuitos². Nessa perspectiva, as análises diacrônicas, além de revelarem a dimensão dos processos gerais que engendram a situação geográfica no todo e na diversidade de suas expressões particulares, mostram os momentos de ruptura com a estabilidade e, conseqüentemente, os movimentos de mudança da rede urbana, revelando o seu caráter variante³.

A dinâmica de atualização da rede urbana está, dessa maneira, associada às racionalidades que ativam a passagem de um padrão particular de combinação dos elementos que definem uma dada configuração para outro padrão igualmente particular, o que, muitas vezes, resulta em processos de diferenciação pura e simples, bem como em processos de re-diferenciação, cujas implicações são mais complexas, uma vez que a posição geográfica dos centros é alterada pelo declínio imediato ou gradativo de determinados centros em favor da ascensão de outros, sobretudo pelo surgimento de novas e importantes aglomerações urbanas próximo a centros

² Corrêa (1988, p.117) salienta que o caráter de mutabilidade da rede urbana “[...] se traduz em uma periodização”, pois cada momento de estabilidade e de mutabilidade da rede constitui-se em recortes espaço-temporais ou, como discrimina Sánchez (1991, p.49), em “[...] momentos histórico-territoriais”. Os padrões de rede mencionados podem ser encontrados, respectivamente, em Johnson (1970), Christaller (1966) e Corrêa (2001a, 2006).

³ Os estudos sincrônicos são também bastante úteis, pois possibilitam o exame de situações socioespaciais concretas, num determinado momento, expressando suas singularidades. Dessa maneira, como sugere Corrêa (2000, p.126), pode-se falar em redes urbanas “[...] dos tipos solar, dendrítico, *christalleriano*, axial, circular e de múltiplos circuitos”.

historicamente tradicionais. Assim, há, nas redes urbanas, uma tendência crescente à complexificação, mormente a partir da diferenciação de seus centros urbanos, que deriva não apenas de sua complexidade genética, mas, principalmente, dos processos desiguais de evolução, quer dizer, da desigual espaço-temporalidade dos processos que sobre eles atuam.

3. As particularidades da diferenciação espacial entre os centros urbanos

Como assevera Corrêa (1988), a rede urbana desempenha papéis diretamente associados a dois amplos circuitos de exploração, profundamente imbricados entre si, porque, de um lado, fundamentam-se na complexidade do processo de comercialização da produção rural e, de outro, na complexidade do processo de investimentos de capitais, de consumo de bens e serviços, bem como de difusão de valores e ideias. Não obstante, nota-se que ambos contribuem, de maneira significativa, com os processos de diferenciação entre os centros urbanos.

Os centros de acumulação de capital e poder, no primeiro circuito, extraem excedentes do campo, especialmente via beneficiamento/processamento e comercialização/distribuição da produção agropecuária e extrativista, no qual se cria “[...] uma cadeia urbana de beneficiamento e comercialização da produção rural”, que, por sua vez, se torna “[...] uma cadeia urbana de exploração de lucros comerciais”, como argumenta Corrêa (1988, p.115-116); bem como via drenagem da renda fundiária, já que “[...] parcela ponderável do valor excedente produzido no campo é transferida para as cidades”, alargando a acumulação de capital no urbano (CORRÊA, 1989, p.61).

No segundo circuito, tais centros de acumulação distribuem para os centros subordinados ao longo da rede, que assumem maior importância como localidades centrais, e também para o campo, intensificando as relações cidade-campo, capitais, bens e serviços, valores, informações e ideias, num claro processo de difusão. Esse processo perpassa, notadamente, pelo investimento de capitais de grandes empresas em sucessivas aglomerações urbanas e no campo; bem como pelo consumo e demandas do campo e dos centros subordinados, geralmente pequenas cidades⁴, posto que os bens de produção, mas também os bens de consumo e os serviços, como educação, saúde e financeiros, são adquiridos numa verdadeira “[...] rede de centros de distribuição de bens e serviços”, como explica Corrêa (1988, p.116). Paralelamente, a partir dos centros de acumulação de capital e poder, difundem-se valores e ideias que, por sua vez, provocam mudanças de caráter qualitativo, estando estruturadas segundo os principais escalões da rede urbana, de modo a corroborar com as próprias condições de reprodução desses mecanismos e com o processo de urbanização, pois, de acordo com Clark (1991, p.101), “[...] de início, essas mudanças estão restritas e são experimentadas por aqueles que realmente residem na cidade, mas, com o passar do tempo, são difundidas e adotadas por aqueles que vivem nas áreas rurais, de tal modo que o conjunto da sociedade vem a ser dominado por valores, expectativas e estilos de vida urbanos”.

Trata-se de um mesmo processo auto-alimentador, no qual os centros de acumulação de capital e poder impõem-se aos centros sucessivamente subordinados e também ao campo, numa evidente rede de trocas desiguais, assegurada pela ação dos agentes econômicos, sobretudo, das “[...] grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas”, que “[...] desempenham poderoso papel na (re)definição funcional dos centros e na natureza e intensidade da integração de cada rede na economia global”, como aponta Corrêa (2001, p.95).

Esses circuitos de exploração efetuam-se, como sugere Corrêa (1989, p.75), por meio de “[...] um multivariado processo de criação, apropriação e circulação dos

⁴ A revolução dos hábitos de consumo atinge os pequenos centros e o campo. De acordo com Santos (1993, p.50), “[...] criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo [...] com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas”.

valores excedentes”, cuja drenagem é comandada naqueles centros de acumulação de capital e poder que estão no topo da hierarquia de um determinado segmento da rede urbana⁵, que, como orienta Corrêa (1988, p.116), apresenta-se como “[...] uma rede de drenagem de lucros”, em decorrência dos processos desiguais de apropriação desses valores e sobre-valores, cujos desdobramentos resultam em profunda diferenciação entre os centros urbanos. A esse respeito, Harvey (1980, p.204) argumentou que “[...] as cidades [e suas respectivas redes] podem ser consideradas como formas criadas para a mobilização, extração e concentração geográfica de quantidade significativa do produto excedente socialmente definido”. Nessa mesma lógica, Fredrich e Davidovich (1982, p.541) observaram que os centros urbanos são modelados “[...] pelas necessidades da acumulação de capital”.

Nessa perspectiva, esses circuitos são importantes para determinar a diferenciação geográfica, pois assumem uma dimensão espacial notória, refletindo, desse modo, uma óbvia distinção entre as aglomerações urbanas, entre estas e o campo, e entre as diversas redes envolvidas na dinâmica de acumulação, sobretudo, em decorrência das práticas sócio-espaciais das elites, das grandes corporações e do próprio Estado.

Em síntese, é na estrutura espacial das redes urbanas, destacadamente nos seus principais centros, que ocorre a apropriação de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão territorial do trabalho. Nesse sentido, observa-se que os circuitos de acumulação são tanto mais complexos quanto mais complexa for a divisão territorial do trabalho, que se amplia gradativamente entre os centros urbanos, principalmente pelas numerosas especializações produtivas, sejam na indústria, no comércio ou nos serviços, que, aliadas às funções preexistentes, resultam em uma importante complexidade funcional, que, por sua vez, intensifica a vida de relações, articulada, em muitos casos, numa lógica global. As especializações têm um efeito abrangente, sendo responsáveis por diferenciações em escalas regionais, nacionais ou mesmo internacionais. Assim, o papel das especializações na re-qualificação dos centros e da própria rede urbana torna-se fundamental, assim como o das interações espaciais, que se transformam em componente essencial para a análise da diversidade das redes urbanas, posto que “[...] apresentam padrões distintos no espaço e no tempo”, sendo caracterizadas “[...] por lógicas que lhes conferem regularidades espaço-temporais que se reportam à organização social e a seu desigual movimento de transformação”, como sugere Corrêa (1997, p.295).

Mormente, esses centros de acumulação de capital e poder transformam-se em centros de gestão, capazes de exercer notável comando sobre as atividades e sobre o território, em escalas distintas. Tal controle segue uma hierarquia, concentrando-se, primordialmente, nas metrópoles e, secundariamente, nas capitais e centros regionais, sugerindo, portanto, um fortalecimento das estruturas hierárquicas. Contudo essas hierarquias não são estáveis, dependem, sobretudo, dos mecanismos de competição e de cooperação entre os centros, que são responsáveis por uma profunda diferenciação funcional, assim como pela distinção crescente das interações espaciais.

Em grande parte, a diferenciação crescente entre os centros urbanos resulta da competitividade existente, cujas relações são de caráter hierárquico e divergente. Tal competição é amplamente acirrada pelas estratégias das empresas comerciais e de prestação de serviços, que atuam, sobretudo, organizadas em rede. Por outro lado, a interdependência entre as empresas, também incluídos os ramos industrial e agroindustrial, gera uma crescente cooperação entre os centros urbanos, resultando numa situação convergente, que, em síntese, privilegia interações complementares e

⁵ Quanto mais complexa for tal rede urbana mais abrangente será a escala e o alcance dos centros de acumulação e poder, que permitem, inclusive, organizar e controlar amplos espaços. De fato, a rede urbana pode ser examinada em escalas variadas, uma vez que se observam os segmentos regionais, comandados por centros regionais, a rede urbana nacional, comandada por metrópoles nacionais, e a rede urbana global, comandada por metrópoles globais. São Paulo desempenha papel de metrópole nacional e, simultaneamente, de metrópole mundial, uma vez que faz parte de uma complexa rede de centros globais, cuja primazia pertence à Nova York, Tóquio e Londres. A este respeito ver Shachar (1983) e Sassen (1993, 1998).

a interdependência funcional. Num contexto regional especializado, identifica-se uma diminuição relativa da importância das interações entre os centros e suas hinterlândias e, ao mesmo tempo, uma crescente interdependência e complementaridade entre vários centros distintos, de regiões e, até mesmo, de países diferentes, chegando, provavelmente, ao que Veltz (1999) denominou *rede-arquipélago* de importantes centros. Esse fato aumenta a distinção entre os centros regionais e as aglomerações de suas respectivas hinterlândias, pois, enquanto esses centros regionais conectam-se às redes em âmbito nacional e, até mesmo, internacional, suas hinterlândias passam a desempenhar funções cada vez mais subordinadas, demonstrando ações internas divergentes. Esses centros regionais, impulsionados por suas elites dirigentes e econômicas, estruturam-se para competir na economia nacional e também na internacional, com base numa interatividade que rompe com os padrões espaciais pretéritos.

O padrão espacial das redes urbanas está, por conseguinte, submetido às constantes mudanças nos mecanismos de competição e de cooperação entre os centros, igualmente responsáveis pela diferenciação crescente entre os próprios centros, muitas vezes, historicamente cumulativa e tendencialmente linear e, outras vezes, atuando no sentido de reverter as hierarquias estabelecidas, especialmente mediante as iniciativas de elites empreendedoras, que desequilibram a situação costumeira da rede. Desses processos, que traduzem relações de trocas desiguais, resulta a complexidade da rede urbana, diretamente associada à própria complexidade da divisão territorial do trabalho.

O aprofundamento da divisão territorial do trabalho e a ampliação exponencial das interações promovem mudanças nos conteúdos e nas formas espaciais. Em realidade, quando uma nova divisão territorial do trabalho se impõe, seja pela ampliação das funções produtivas, tanto agropecuária quanto industrial, seja pelo aumento das funções comerciais e de prestação de serviços, incluindo-se, primordialmente, as atividades especializadas, com um necessário aprofundamento das interações espaciais, desenha-se uma nova rede urbana, com funções e relações espaciais mais complexas e, desse modo, ocorrem diferenciações cada vez mais evidentes entre os centros urbanos e entre suas redes. Essa complexidade envolve a ampliação da esfera produtiva e do terciário, inclusive pelas especializações, que passam a contar com a presença de empresas hegemônicas, além da própria ampliação do consumo, gerando mudanças nos mecanismos de oferta e demanda de bens e serviços, o que, conseqüentemente, altera os circuitos de exploração, posto que a divisão do trabalho entre os centros urbanos torna-se muito mais complicada, privilegiando a diferenciação - quanto mais aprofundada a divisão territorial do trabalho numa dada rede, sem a eficiência de mecanismos de cooperação, tanto mais diversos são seus centros.

Os centros, de fato, competem e cooperam em diferentes escalas, criando uma multiplicidade de fluxos, caracterizados por “[...] diversos tipos de interações e de redes geográficas que não são excludentes entre si”, mas que certamente podem ser “[...] distintamente variáveis em termos espaciais e temporais”, como aponta Corrêa (1997, p.295), bem como definidos por horizontalidades, caracterizadas por interações fortemente regionais, e por verticalidades, que superam a continuidade geográfica, demonstrando a importância das relações extra-regionais, como sugere Santos (1993, 1994), que define os fluxos segundo esses dois recortes espaciais. Essas interações entre os centros, possibilitadas pelo aperfeiçoamento dos sistemas de transporte e comunicação, criam e recriam configurações novas para a rede urbana, ora pela competitividade, ora pela cooperação, ou ainda, pela justaposição entre ambas. Se a relação de complementaridade se enfraquece e a de competitividade torna-se mais forte, amplia-se a diferenciação. Portanto, conforme a concorrência se intensifique ou se enfraqueça, hierarquias urbanas podem ser misturadas ou homogeneizadas e, até mesmo, revertidas no sentido da re-diferenciação, de modo que a evolução e o padrão dessas redes estão sujeitos às constantes mudanças entre

esses mecanismos competição e cooperação, assim como nos circuitos de exploração acima mencionados, apoiados basicamente em processos com continuidade e processos com descontinuidade.

Desse modo, esses mecanismos - competição e cooperação - possuem poder explicativo suficiente para dar conta da complexidade das mudanças que envolvem as transformações dos padrões espaciais desse tipo particular de rede, até mesmo com relação à natureza dos processos de distinção entre os seus centros. No caso da rede urbana brasileira, há uma tendência crescente à diferenciação e à complexificação, marcada, principalmente, pela distinção entre os centros urbanos.

4. Exemplos significativos de diferenciação entre centros urbanos brasileiros

A diferenciação entre os centros de uma dada rede, bem como entre as próprias redes urbanas, foi, primordialmente, analisada “[...] em termos de suas funções, dimensões básicas de variação dos sistemas urbanos, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana, e relações entre cidade e região”, cujo detalhamento encontra-se em Corrêa (1988, p.108). Tais análises, apesar das pontencialidades maiores ou menores de uma ou de outra, não atentam para a totalidade dos processos associados à natureza da rede urbana, que está inexoravelmente relacionada com os processos de mudança social e suas espaço-temporalidades distintas. Neles, está a base para a explicação das diferenças entre os centros urbanos e para a diversidade de suas redes. Assim, a essência dessas análises não deve apenas permanecer situada na descrição dos aspectos da mudança, ao contrário, deve centrar-se nas racionalidades que deflagram o processo de transformação, assim como nos contextos espaciais e históricos, levando em conta a noção de rede urbana como dimensão socioespacial.

Nessa perspectiva, em sendo a rede urbana uma dimensão socioespacial, crescentemente diferenciada e complexificada, esta passa a ser submetida a tensões numerosas e profundas que se impõem sobre sua estrutura e funcionamento, levando a mudanças, por vezes, lentas, orientando-se por uma continuidade especiosa; por vezes, rápidas, fundamentadas em princípios diferentes dos anteriores; e, não raro, brutais, rompendo com os padrões precedentes. Trata-se, respectivamente, de mudanças com continuidade e mudanças com descontinuidade, posto que a cada momento histórico e a cada contexto espacial, tem-se o embate entre tais processos, caracterizando a incessante renovação da sociedade e, por conseguinte, a recriação constante de diferencialidades espaciais.

Tendo em vista que a realidade é, notoriamente, mais rica que as teorias, exemplos ilustrativos desses processos podem ser encontrados tanto na literatura acadêmica brasileira como na estrangeira. Esses exemplos podem abordar redes urbanas em escalas variadas - regional, nacional e internacional, ou abordar poucos centros, segundo sua hierarquia, função de comando, ou ainda, considerar múltiplos atributos. Além disso, tais exemplos demonstram que os estudos podem ser realizados segundo perspectivas sincrônicas ou diacrônicas, contribuindo de forma significativa para a maior compreensão da natureza da rede urbana e dos seus complexos processos de diferenciação.

Na literatura acadêmica brasileira, existem exemplos ilustrativos desses processos, particularmente, na geográfica, na qual prevalecem os estudos classificatórios de centros segundo as funções urbanas e as hierarquias, envolvendo pares ou conjuntos de centros.

No Tocantins, Bessa e Corado (2011) apresentaram análise acerca do processo de diferenciação entre Porto Nacional e Palmas. Porto Nacional, com a criação do estado do Tocantins, em 1989, serviu, primeiramente, como ponto de apoio para a instalação da nova capital, para, em seguida, perder grande parte da importância regional que tinha no antigo norte goiano. Com a construção de Palmas, desenhou-se uma nova geografia dos comandos e das decisões no Tocantins. Antes, quando o Tocantins era o

então norte de Goiás, primeiramente, Porto Nacional, e, posteriormente, Araguaína e Gurupi, cujos impulsos político-econômicos ocorreram a partir da construção da BR-153, apresentavam relevância regional notória, oferecendo funções comerciais e de prestação de serviço, com decisivos papéis político-culturais. A partir da construção da capital, Porto Nacional e, em menor escala, Gurupi vêm perdendo suas posições na hierarquia urbana regional em favor da de Palmas, evidenciando o processo de reestruturação da rede urbana estadual.

As pesquisas de Bessa (2007) apontam que as transformações sucessivas do padrão espacial do segmento da rede urbana no Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, são bastante ilustrativas no que diz respeito aos contornos gerais que caracterizam os processos de diversificação da rede urbana brasileira, em que novas diferenças e hierarquias impõem-se a cada espaço-tempo. Tais transformações, mediatizadas por uma evolução urbana desigual, resultaram em re-diferenciação entre Uberaba e Uberlândia, principais centros desse segmento de rede, uma vez que a posição geográfica desses foi alterada no sentido da inversão de hierarquia, indicando a existência de fatores de estancamento e regressão para Uberaba e de ascensão para Uberlândia. Trata-se, portanto, de um processo paralelo de esvaziamento e de preenchimento das funções de centro regional, responsável pela re-diferenciação e consequente re-atualização da rede urbana regional.

O estudo de Borin (2002, p.5), em uma região composta por pequenas cidades, Águas de Lindóia, Lindóia, Serra Negra e Socorro, no estado de São Paulo, e Monte Sião, no estado de Minas Gerais, é importante, visto que a autora selecionou, para a análise, “[...] situações reveladoras do fenômeno da divisão interurbana do trabalho na região estudada”. Com base nos recortes metodológicos, Borin (2002) mostra as sucessivas e superpostas divisões interurbanas do trabalho, alicerçadas nos consecutivos usos do território, quer dizer, nas especializações produtivas da região, a saber, turismo, águas minerais engarrafadas e malhas de tricô, revelando uma vida de relações interurbanas, fundamentada numa interdependência horizontal entre as referidas aglomerações. Tal situação, segundo a autora, revela a existência de um acontecer homólogo, resultante de atividades afins, complementares e também concorrentes, que, por sua vez, possibilitaram o aumento da intensidade das relações interurbanas, sugerindo a formação de uma coerência funcional, que “[...] define a continuidade da região”, ou seja, que é capaz de orientar e expressar o recorte regional, como observa Borin (2002, p.118).

A contribuição de Elias (1996), com a análise de dois centros, Sertãozinho e Matão, ambos subordinados a Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, é valiosa. Esses centros estão associados à recente expansão de dois importantes ramos agroindustriais, o da cana-de-açúcar e o da laranja, respectivamente. Tal expansão promoveu mudanças na organização espacial, garantindo a emergência de um tipo particular de cidade, a cidade do campo. Elias (1996, p.299) aponta que, “[...] na região de Ribeirão Preto, o tipo de desenvolvimento que move muitas de suas cidades caracteriza-as como cidades do campo”, cujo papel é atender às demandas do campo modernizado, seja na produção agrícola propriamente, seja no beneficiamento industrial dessa produção, seja no oferecimento de serviços industriais, comerciais e de vários outros serviços para o campo. Como sugere Elias (1996, p.306), a cidade de Sertãozinho “[...] é uma das mais especializadas na regulação da produção canavieira, na sua transformação industrial e na produção de máquinas e equipamentos para esse ramo da agroindústria [...]”, caracterizando-se, portanto, “[...] como a cidade do complexo agroindustrial canavieiro”. Matão, por sua vez, é exemplo de cidade que se “[...] desenvolve em razão da modernização da produção citrícola e da sua transformação industrial em função da produção de suco de laranja”. Estas atividades promoveram “[...] o desenvolvimento de uma gama de outras atividades econômicas”, como salienta Elias (1996, p.307). Trata-se, na verdade, de especializações das atividades econômicas que garantem a diferenciação entre centros de uma mesma categoria e numa mesma região.

Há, também, importantes contribuições de Fresca (1990), com a análise da dinâmica funcional de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista, no oeste do estado de São Paulo, nos anos de 1950 e de 1980. O estudo evidenciou que tais centros, apesar de pequenos, mostravam-se, já no primeiro momento da análise, diferenciados em termos de seus tamanhos e de suas funções, sendo essa diferenciação ampliada nos anos de 1980, sobretudo em termos das relações funcionais, o que retrata as maneiras singulares de inserção de cada pequeno centro na rede urbana, no caso, na rede de Marília. De modo semelhante, Fresca (2004, p.1) apresenta respeitável contribuição com a análise da transformação funcional de três centros da rede urbana do norte do estado do Paraná - Jacarezinho, Cornélio Procópio e Cianorte. A pesquisa orienta-se, fundamentalmente, por meio de um estudo comparativo que busca “[...] evidenciar a continuidade dos processos de diferenciação e de redefinição dos lugares de uma mesma rede urbana”. Esses centros, na década de 1960, caracterizavam-se como lugares centrais, em uma rede que se aproximava do tipo *christalleriano*, pois distribuíam bens e serviços à sua população e a uma *hinterlândia* restrita. Entretanto, no final dos anos de 1990, encontravam-se bastante diferenciados, com diversidades funcionais e modos de inserção distintos na rede, posto que registraram evoluções histórico-geográficas qualificadas.

No sentido de aprofundar esses estudos, Fresca (2011) traz novos subsídios utilizando as noções de convergência e divergência na releitura dos processos de evolução urbana diferenciada desses cinco centros pertencentes aos segmentos de rede urbana no oeste-paulista e no norte-paranaense. A autora afirma que as noções de convergência e divergência permitem “[...] compreender os inúmeros caminhos de similaridade e de diferenciação estabelecidos diacronicamente [...]”, bem como “[...] a enorme diversidade de situações evolutivas dos núcleos urbanos a partir de rupturas que ocorreram em determinados momentos históricos [...]” (Fresca, 2011, 24). Esses cinco centros urbanos apresentaram evoluções urbanas bastante diferenciadas, o que, segundo a autora, refletem mudanças na organização espacial.

Outra contribuição é dada por Ferrari (1988, p.29), que analisou os processos de alteração na hierarquia urbana ocorridos nos dois principais centros urbanos do Agreste e Sertão do estado de Alagoas - Palmeira dos Índios e Arapiraca -, onde foi evidenciada uma nítida inversão hierárquica, visto que “[...] uma nova área, Arapiraca, passa a comandar e a centralizar as atividades urbanas anteriormente existentes em Palmeira dos Índios”. O estudo fundamentou-se nas mudanças ocorridas no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, destacando as raízes histórico-geográficas da organização socioespacial, as forças de permanência e os condicionantes da reorganização em nível regional. A referida autora concluiu que a dinâmica de rearticulação desses centros urbanos está diretamente associada aos avanços e recuos das elites locais.

O trabalho do economista Paul Singer (1968), sobre Porto Alegre, Blumenau, São Paulo, Belo Horizonte e Recife, representa, do mesmo modo, contribuição fundamental, pois mostra que as diferenças urbanas são estruturadas em função do desenvolvimento econômico e dos processos históricos de evolução urbana. Como exemplos, vejam-se os casos de Porto Alegre e Recife, cuja diferenciação é decorrente de gêneses, funções e elementos de natureza econômica, política, social e cultural distintos, resultando em duas metrópoles profundamente diferenciadas entre si, cujas redes urbanas são expressão de estruturas socioespaciais particulares, uma associada ao latifúndio açucareiro e outra fortemente vinculada à pequena propriedade agrícola da zona de colonização germânico-italiana, que gestou internamente as bases do desenvolvimento urbano e da industrialização.

5. Considerações finais

Esses são apenas alguns exemplos que, de fato, não dão conta da riqueza da realidade, isto é, da diversidade e da complexidade presente nessas questões. Contudo abrem possibilidades para a compreensão da singularidade de cada

segmento da rede, em escalas variadas, contribuindo, dessa forma, para o entendimento dos processos de diferenciação entre os centros urbanos, bem como para a inteligibilidade da natureza e do significado da rede urbana e de seus complexos processos de formação, evolução e transformação.

A dinâmica de mudança da rede urbana deriva dos processos complexos de criação e evolução dos seus centros urbanos, sintetizados por uma evolução urbana desigual, proveniente de uma desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, notadamente como decorrência das atitudes e estratégias das elites, das corporações e do estado. É assim que as redes urbanas se diferenciam umas das outras, posto que são definidas pela complexidade genética e pela complexidade de suas estruturas dimensionais, funcionais e espaciais, cuja combinação, num dado espaço-tempo, caracterizam-nas e as distinguem.

Dessa forma, a diversidade de redes urbanas está associada às racionalidades que ativam a passagem de um padrão particular dos mesmos elementos estruturantes, que definem uma dada configuração, para um outro padrão igualmente particular, indicando o caráter mutável desse tipo rede.

Tal dinamismo é o motor da mudança, quer dizer, as redes urbanas apresentam diferenças por meio da variabilidade espaço-temporal de seus aspectos estruturais, que podem ser alterados em parte ou em conjunto, reconfigurando a estrutura, o funcionamento e a própria forma espacial da rede.

Desse modo, algumas inquietações estabelecem-se como questões para reflexões futuras: que racionalidades interferem nos elementos combinados da rede urbana, encarregando-se de mudar esses elementos e suas respectivas combinações, no sentido de possibilitar a passagem de um dado padrão espacial para outro, cujo resultado é o movimento de transformação da própria rede? Tais racionalidades estão relacionadas com os momentos de ruptura social, expressos, geralmente, por transformações organizacionais ou tecnológicas? Qual o papel dos agentes econômicos, políticos e sociais na recombinação dos elementos essenciais à rede urbana?

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 371p.
- BESSA, Kelly C. F. O. **Convergências e divergências da urbanização em áreas de cerrado: a dinâmica urbano-regional de Uberaba e Uberlândia (MG)**. 2007. 371f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BESSA, Kelly; CORADO, Vaneça R. A dinâmica recente do segmento de rede urbana no Tocantins: as implicações da construção de Palmas para Porto Nacional. **GeoTextos**, Salvador, vol.7, n. 1, p.31-57, jul.2011.
- BORIN, Paula. **Divisão interurbana do trabalho e uso do território nos municípios de Águas de Lindóia (SP), Lindóia (SP), Serra Negra (SP), Socorro (SP) e Monte Sião (MG)**. 2002. 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p. v. 1.
- CHRISTALLER, Walter. Central places in Southern Germany. **Prentice-Hall/Englewood Cliffs, 1966. 230p.**
- CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 286p.
- CORRÊA, Roberto L. **Estudos sobre rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006. 330p.
- _____. A rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre uma temática à margem. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v.1, n.1, p.65-78, jan./jun.2004.
- _____. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPÓSITO, M. E. B. **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p.359-367.
- _____. Origem e tendências da rede urbana brasileira: algumas notas. In: _____. **Trajетórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.93-106.
- _____. Rede urbana e formação espacial - uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro: Garamond, ano V, n.8, p.121-129, jan./jun.2000.
- _____. **Globalização e reestruturação da rede urbana - uma nota sobre as pequenas cidades**. Revista Território, **Rio de Janeiro, n.6, p.43-153, jan./jun.1999.**
- _____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.279-318.

- _____. A rede urbana. **São Paulo: Ática, 1989. 96p.**
- _____. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n.2, p.107-124, abr./jun.1988.
- ELIAS, Denise. **Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região metropolitana de Ribeirão Preto (SP)**. 1996. 294f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996.
- FERRARI, Onorina F. **A organização espacial do Agreste e do Sertão de Alagoas: a redefinição dos centros urbanos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 51p. (Cadernos de Geociências, n.1).
- FREDRICH, Olga M. B. L.; DAVIDOVICH, Fany. A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 44, n.4, p.541-590, out./dez.1982.
- FRESCA, Tânia Maria. Organização e dinâmica urbana: convergência e divergência na análise do urbano. **Geografia**, Rio Claro, v.36, p.17-25, set.2011.
- _____. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004. 403p.
- _____. **A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista**. 1990. 281f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1990.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.
- JOHNSON, E. A. J. **The organization of space in developing counties**. Cambridge: Harvard University Press, 1970. 452p.
- SÁNCHEZ, Joan-Eugení. **Espacio, economía y sociedad**. Madrid, Siglo Veintiuno, 1991. 338p.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994. 190p.
- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 147p.
- SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 190p.
- _____. A cidade global. In: LAVINAS, Lena.; CARLEIAL, Liana. M. F.; NABUCO, Maria. R. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. (Org.). São Paulo: Hucitec, 1993. p.187-202.
- SHACHAR, A. A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global. In: BECKER, Bertha K.; COSTA, Rogério H.; SILVEIRA, Carmen B. (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Geografia/Programa de Pós-Graduação, 1983. p.75-97.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. 378p.
- VELTZ, Pierre. **Mundialización, ciudades y territorios: la economía de**